

# O Caminho para a Reconciliação: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

Capitão Matthew Q. Rodano, Guarda Nacional do Exército do Estado de Nova York

**O** IRAQUE POSSUI UM passado complexo, que envolve etnias, religiões e tribos. Em muitos casos, as diferenças entre esses grupos resultaram em conflito, que variaram desde a simples relutância em trabalharem juntos até atos de hostilidade e violência. O processo de reconciliação busca superar essas diferenças, para garantir que esses grupos possam conviver lado a lado e sob um governo soberano e legítimo.

Quando empregado após conflitos de grandes proporções, o termo reconciliação pode também se referir ao processo de reincorporação de ex-combatentes no processo de paz. É necessária uma análise completa do “terreno humano”, para que se possa reconhecer quais interações entre grupos podem facilitar o êxito na reconciliação. As ações nesse terreno humano se tornaram tão ou mais essenciais que as ações táticas que caracterizaram as fases iniciais da Operação *Iraqi Freedom*.

No norte do Iraque, os árabes sunitas são o principal grupo populacional visado pelos programas de reconciliação. Apesar de constituírem a maioria da população local, não estavam representados no governo, uma vez que muitos deles haviam boicotado as eleições de 2005, por todo o país. Ao mesmo tempo, os sunitas também são a maioria entre a parcela da população que é insurgente, combatendo em grupos fundados no extremismo islâmico e no nacionalismo. Para que o novo governo iraquiano possa ter sucesso, todos os grupos étnicos, sectários e culturais precisam ter

a possibilidade de apoiar e fazer parte do governo central. O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) cria a possibilidade de reconciliação para esses combatentes insurgentes.

## Modelos de Reconciliação e de Reintegração

O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração se refere às ações de recolher e descartar armas e munição, desmobilizar ou transformar a Força oponente e assistir na transição de ex-combatentes, para que eles voltem a integrar a sociedade civil. Como recomendam as Nações Unidas, o “desarmamento e a desmobilização de ex-combatentes devem ocorrer nas fases iniciais do processo de paz”<sup>1</sup>. A Guarda Republicana e a maior parte das Forças Armadas do Iraque foram desarmadas e desmobilizadas no final das principais operações de combate, durante a primeira fase da Operação *Iraqi Freedom*. A reintegração, contudo, provou ser algo mais difícil. A reorganização das Forças de Segurança Iraquianas foi executada com mais lentidão e muitos ex-militares (e ex-integrantes do governo) foram proibidos de voltar a servir. Tal exclusão levou a uma significativa perda de experiência militar no novo governo.

O conceito da Organização das Nações Unidas para desarmamento, desmobilização e reintegração começa com um plano detalhado de desarmamento, que inclui medidas de transparência e atribuição de responsabilidade; um programa de gerenciamento estruturado,

---

*O Capitão Matthew Q. Rodano é o atual oficial de logística do 1º/258º Batalhão de Artilharia de Campanha da Guarda Nacional do Exército do Estado de Nova York, na cidade de Jamaica, NY. Ele serviu no Iraque entre setembro de 2007*

*e dezembro de 2008, como o Oficial de Reconciliação da Divisão Multinacional-Norte. É bacharel pela University of Rochester.*



CFN dos EUA, Cb. Justin D. Loyal

*Um vice-governador provincial recebe um fuzil durante uma reunião de reintegração organizada pelo 3º Batalhão do 6º Regimento de Fuzileiros Navais, na Base de Operações Avançadas de Marjah, Afeganistão, 23 Jun 10.*

que busca limitar o número de armas que entram no país; e a garantia de segurança para os ex-combatentes. A desmobilização é realizada em locais seguros, capazes de proporcionar serviços básicos enquanto os ex-combatentes esperam para serem transferidos para outros locais. A reintegração avalia as habilidades dos ex-combatentes, possíveis planos de reconstrução e o financiamento disponível para criar programas. Também necessárias, e igualmente desafiadoras, são as “significativas mudanças de atitude por parte dos ex-combatentes e da população civil”<sup>2</sup>.

No ambiente de contrainsurgência, porém, o inimigo não é uma Força convencional uniformizada que possamos desarmar e desmobilizar sistematicamente. “Os grupos irregulares e indivíduos armados” são alvos para o desarmamento, mas a disponibilidade generalizada de armas e munição em *cachés* escondidos, ou trazidas do exterior, levam a um “desarmamento incompleto”<sup>3</sup>. O processo de desarmamento, desmobilização e reintegração

não ocorre de forma estanque. Ao contrário, funciona com um duto, que continuamente lida com indivíduos nas várias fases da reintegração.

Uma alternativa para o processo de reintegração é o método “anistia, reconciliação e reintegração”, também conhecido como “A2R”. A principal diferença entre o método de A2R e o DDR consiste no fato de que “a anistia já deve estar em vigor, como um alicerce, antes que a reconciliação e a reintegração sejam postas em prática”<sup>4</sup>. Não é necessário que ela seja incondicional, mas seu estabelecimento é fundamental para o sucesso das duas outras fases. Mais uma vez, a análise do terreno humano é fundamental, de modo a permitir a “descoberta e o entendimento das narrativas culturais apropriadas, pelas quais as partes afetadas possam definir sua capacidade de se reconciliar”<sup>5</sup>.

A abordagem inicial do DDR no Afeganistão tinha condições de terreno humano muito semelhantes às do Iraque (grupos religiosos e étnicos distintos). O programa incluiu a anistia (ainda que ela não fosse geral), e a Comissão

de Desarmamento e Reintegração do governo o executou sob o nome de “Desmantelamento de Grupos Armados Ilegais”.

O programa visou a influenciar combatentes para que entregassem suas armas voluntariamente, descartando o oferecimento de incentivos financeiros para a entrega de armas. Os incentivos eram oferecidos às comunidades e não aos grupos armados ilegais propriamente ditos. Essa era uma forma de evitar a percepção de que o programa acabaria beneficiando, diretamente, as atividades criminosas<sup>6</sup>.

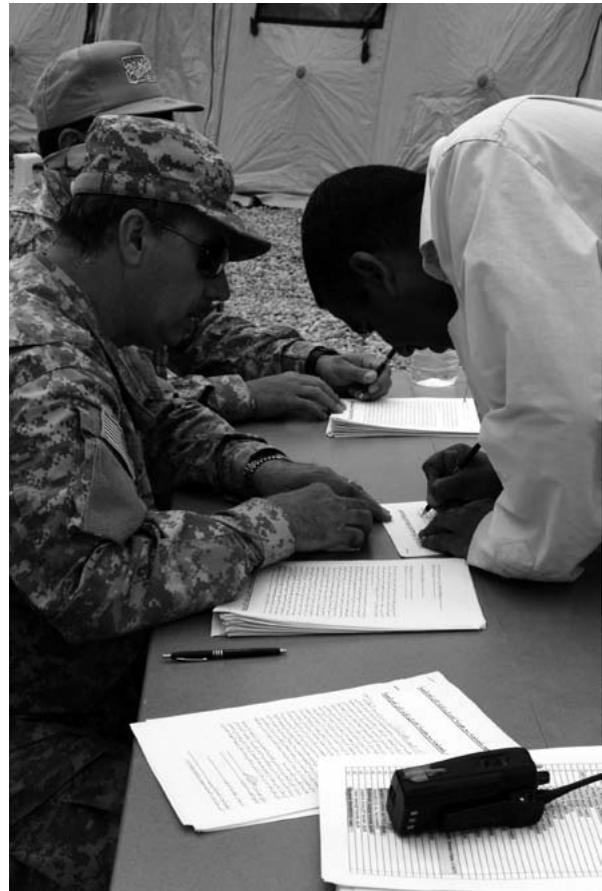
## Iraque

O relatório do Grupo de Estudos Sobre o Iraque, de 2006, identificou a ausência de reconciliação nacional como “a causa fundamental da violência no Iraque”<sup>7</sup>. Durante o aumento de efetivo das tropas da coalizão (genericamente referido como a “escalada de forças” — ou *surge*, em inglês), que levou à subsequente redução da violência, a partir de 2007, o fortalecimento das Forças de Segurança Iraquianas e do governo iraquiano foi o fator que permitiu maior atenção às iniciativas de reconciliação. O governo, sob o Primeiro-Ministro Nouri al-Maliki, estabeleceu o Comitê de Implantação e Acompanhamento da Reconciliação Nacional, para buscar reconciliação no nível nacional, principalmente por meio de envolvimento dos líderes tribais.

As Forças da coalizão dialogaram com líderes governamentais e tribais para buscar a reconciliação<sup>8</sup>. No entanto, não houve o desencadeamento de nenhum programa de desarmamento, desmobilização e reintegração na sequência, ainda que de modo informal. Na Província de Anbar, líderes sunitas locais criaram o Movimento Despertar, que reuniu voluntários sunitas da área para enfrentar grupos insurgentes e proteger seus interesses locais. As Forças da coalizão reconheceram o potencial impacto dessa iniciativa sobre a segurança e começaram a desenvolver contratos com líderes tribais para proteger a infraestrutura básica, o que levou à criação do programa Filhos do Iraque (FdI).

Embora não possa ser enquadrado como um programa de DDR, segundo qualquer dos critérios apresentados anteriormente, o FdI promoveu o desarmamento voluntário de ex-combatentes que participaram do programa.

Ele proporcionou oportunidades de emprego aos iraquianos que queriam proteger suas áreas e fornecer informações sobre *cachês* de armas e atividades insurgentes. No início, as Forças da coalizão chamaram esses grupos de “nacionais interessados” ou “cidadãos locais interessados” e muitos se autodenominaram utilizando os nomes de seus bairros (como “Guardiões de Ghaziliyah” e “Comitês Populares de Baqubah”, na Província de Diyala). Alguns mantiveram os nomes dos grupos insurgentes que antes apoiavam. Esses grupos eram fundamentais na redução de violência insurgente em suas áreas, uma vez que obtinham informações sobre *cachês* de armas, além de terem grande visibilidade na proteção de seus bairros, atuando com as Forças de Segurança Iraquianas e as Forças da coalizão. No final de 2008, reconhecendo a contribuição de tais grupos, o governo iraquiano concordou em assumir o controle e passar a remunerar o



*Intérpretes iraquianos, à esquerda, auxiliam ex-detentos a preencher um formulário de reconciliação em uma base de operações avançadas, Província de At Tamim, Iraque, 12 Abr 08.*

Exército dos EUA, Cb Kaimana-Ipulani Kalajji

FdI, comprometendo-se a iniciar uma transição, para que seus integrantes fossem empregados nas Forças de Segurança Iraquianas ou nos ministérios do governo, em funções não relacionadas à segurança. Assim, os ex-combatentes que haviam se desarmado voluntariamente (e que já não mais lutavam contra o governo legítimo) foram desmobilizados e reintegrados à sociedade iraquiana.

Contudo, continuou sendo difícil estabelecer um verdadeiro programa de desarmamento, desmobilização e reintegração para os que ainda estavam envolvidos em atividades insurgentes. A Força-Tarefa *Iron*, responsável pelas Províncias no norte, desenvolveu um programa para receber combatentes insurgentes que queriam parar de lutar<sup>9</sup>. Esses combatentes eram solicitados a fornecer seus dados biométricos e informações relacionadas às atividades insurgentes (ou aos *cachês* de armas) e, em seguida, a assinar um documento, no qual se comprometiam a cessar ataques contra as Forças de Segurança, governo, e civis iraquianos e contra as Forças da coalizão. Em troca, as Forças da coalizão cessavam a perseguição a esses indivíduos, contanto que eles não retornassem a atividades insurgentes. Em algumas áreas, o governo local também concordou em respeitar esse compromisso. Como apenas o governo nacional do Iraque pode oferecer anistia verdadeira e completa, esse programa de DDR não fez propaganda nem prometeu que tal anistia seria concedida a esses combatentes, somente uma cessação de hostilidades<sup>10</sup>.

## **Táticas, Técnicas e Procedimentos**

Na área da Divisão Multinacional-Norte, a iniciativa de desarmamento, desmobilização e reintegração foi concebida com base nas comunidades locais. No entanto, existia a possibilidade de que ela servisse como exemplo para uma iniciativa nacional, além de oferecer uma alternativa para os combatentes de origem mais humilde, que os insurgentes haviam coagido ou intimidado, para que apoiassem suas atividades. O programa foi adaptado a partir dos programas e iniciativas já existentes, tentados por Unidades anteriores. A melhora nas condições de estabilidade e segurança da área, somada à existência de um governo iraquiano

e uma Força de segurança mais capacitados, estabeleceu as condições para que esse programa de desarmamento, desmobilização e reintegração da Força-Tarefa *Iron* fosse mais bem-sucedido.

Ele foi parte integrante do esforço geral de reconciliação, que incluía programas como o engajamento tribal e os FdI. Uma “célula de reconciliação” em cada quartel-general (nos escalões brigada ou superiores) ajudou a coordenar o processamento dos que solicitavam inclusão no DDR, além de garantir que o programa estivesse de acordo com a estratégia de reconciliação geral, bem como com os objetivos de “efeitos” das Unidades. Embora seja difícil dedicar recursos à reconciliação em tempo integral (particularmente nos escalões inferiores, onde há limitações de efetivo), a célula de reconciliação provou funcionar melhor com a participação das seções de Inteligência e de seleção de alvos (que trabalha com alvos letais e não letais), bem como as seções de operações de Informações, de engenharia (ou de administração de contratos), de coordenação civil-militar e de efeitos. Durante o período em que esteve desdobrada, a Força-Tarefa *Iron* realizou reuniões específicas para a coordenação da reconciliação, quinzenalmente, e a célula de reconciliação participou dos grupos de trabalho de Inteligência, de efeitos, de planejamento e de operações de Informações. Quando o DDR começou a aceitar candidatos, essas reuniões foram ampliadas para incluir o acompanhamento da evolução do programa; o compartilhamento das melhores práticas e de táticas, técnicas e procedimentos para conduzir triagem de indivíduos; e a incorporação do governo local e das Forças de segurança nesses procedimentos.

Igualmente essencial, para motivar mais pessoas a aderirem ao programa, foi o emprego coordenado de operações de Informações em conjunto com as operações tradicionais. As operações de Informações influenciaram combatentes, levando-os a aderir ao programa, e reduziram o desejo de apoiar a insurgência (ou o medo que tinham dela). As operações convencionais contra insurgentes, seguidas por um aumento de informações sobre o programa de DDR, deixaram claro aos combatentes que, se eles não entregassem suas armas, continuariam



Exército dos EUA, Ten Scott Manier

*Iraquianos se reúnem em frente a um posto de segurança conjunto, para assinar um acordo de cessar-fogo, como parte do processo de reconciliação, 10 Jun 08.*

a ser perseguidos pelas Forças iraquianas e da coalizão. Isso gerou a motivação necessária para que muitos buscassem a reintegração.

### O Processo

O processo de DDR se inicia cada vez que um ex-combatente declara sua intenção de aderir ao programa. Em alguns casos, os insurgentes compareciam a pontos de triagem montados pelas Unidades, cujo funcionamento havia sido previamente anunciado na comunidade. Outros escolhiam enviar intermediários para avaliar a situação, antes de decidirem se entregar. Muitos temiam que as triagens fossem armadilhas. Ao tratarmos todos os participantes do programa com respeito, conseguimos que outros se sentissem mais confortáveis com a ideia de se entregar. Isso permitiu que mais combatentes dos escalões intermediários da insurgência — muitos dos quais já tinham participado de ataques às Forças iraquianas e da coalizão, no passado — aderissem ao programa sem medo de serem detidos.

Após a triagem inicial, pedíamos aos combatentes para fornecerem informações demográficas básicas e depois os informávamos sobre as fases do processo e sobre o que esperávamos que fizessem para serem mantidos no programa. Como alternativa, havia sempre a possibilidade de que qualquer insurgente comparecesse voluntariamente a um posto de segurança conjunto ou a um centro de coordenação conjunto. Depois da triagem, permitíamos que eles voltassem para casa. Se decidissem participar definitivamente do programa, compareciam a um segundo evento, para assinar o compromisso de cessar ataques, renunciar a qualquer afiliação com grupos insurgentes e passar a fornecer informações sobre atividades desses grupos.

Os participantes do programa de desarmamento, desmobilização e reintegração forneciam detalhes sobre seu envolvimento com as redes de insurgentes e em atividades anteriores e entregavam suas armas ou informavam

sobre a localização de *cachês*, completando a fase de “desarmamento”. Depois de assinar o compromisso, a desmobilização era iniciada. Os participantes retornavam às suas vidas rotineiras, em uma fase de monitoramento. Ao fornecerem seus nomes e informações biométricas, tornavam possível às Forças iraquianas e da coalizão determinar se haviam retornado às atividades insurgentes. Se isso ocorresse, o acordo perderia a validade, e os participantes voltariam a estar sujeitos a serem detidos pelas Forças da coalizão ou capturados pelas Forças iraquianas. Na maioria dos casos, contudo, os participantes respeitavam o acordo e continuavam fornecendo informações e entregando armas, além de manter contato periódico com os postos de segurança ou os centros de coordenação conjuntos.

Durante essa fase, as Forças da coalizão trabalhavam tanto de forma isolada quanto em conjunto com o governo local, para buscar oportunidades de emprego na fase de “reintegração”. O estado final desejado para essa fase era ter o participante registrado em um programa de

emprego ou de treinamento do governo. Além de criar empregos nos vários ministérios, o governo iraquiano também desenvolveu um programa de treinamento vocacional, planejado para ensinar diversas habilidades técnicas. Os programas de alfabetização permitiam que os participantes conseguissem satisfazer os requisitos mínimos de muitos cargos públicos, no setor de segurança. A reintegração era o aspecto cuja implantação era mais difícil; ainda restam muitos desafios a serem superados.

### **Desafios para o Programa e para a Reconciliação**

Embora o DDR estivesse contribuindo significativamente para a redução da violência, havia uma grande desvantagem — o programa era uma iniciativa liderada pela coalizão. Os governos locais apoiaram os esforços por toda a nossa área de operações, mas a falta de uma iniciativa nacional impediu que o programa pudesse expandir mais rapidamente. Sem apoio nacional, a autoridade iraquiana local implantava



Exército dos EUA. Sgt. Margaret Nelson

*Dezesseis participantes do programa retornaram para o processamento da 2ª fase, durante a Operação Restore Peace VII, em Hawijah, Iraque, 01 Jun 08.*

os acordos de cessação de hostilidades sem a garantia de que seriam respeitados em outras áreas do país. Os bancos de dados da coalizão facilitavam o compartilhamento de informações dos participantes entre as Unidades, mas os acordos não podiam impedir que uma província vizinha levasse a cabo uma ordem de detenção válida, mesmo se o participante tivesse aderido ao programa em sua área.

Embora, na verdade, essa situação nunca tenha ocorrido, esse conflito tinha a possibilidade de afetar a percepção pública com relação ao programa. A necessidade de manter a legitimidade do processo judiciário e do Estado de Direito iraquianos permaneceu sendo a preocupação principal. Para qualquer programa de reintegração, “o desenvolvimento bem-sucedido depende da capacidade da nação anfitriã de se reconciliar com seu passado — determinando quem deve ser punido, quem deve ser perdoado, quem deve ser excluído e quem deve ser aceito dentro da nova ordem do Estado”<sup>11</sup>.

Uma consideração fundamental era como lidar com os combatentes que confessavam ter atacado tropas iraquianas ou Forças da coalizão. A Lei Nacional de Anistia Iraquiana excluía crimes de “terrorismo”; contudo, a lei só se aplicava àqueles que estavam no sistema penitenciário iraquiano quando a lei foi promulgada. A falta de um quadro de anistia definido para insurgentes não encarcerados (os potenciais participantes do DDR) significava que não havia uma distinção clara sobre quais ações eram consideradas graves demais para permitir que se assinasse um acordo de anistia.

As Unidades da coalizão lidavam com esse assunto considerando caso a caso. Combatentes vinculados a ataques que haviam ocorrido muito tempo atrás — e que não houvessem participado em atividades recentes — eram admitidos no programa. O mesmo não acontecia com os insurgentes contra os quais havia mandados de prisão recentes, expedidos pelas autoridades iraquianas. Um verdadeiro programa de anistia, administrado pelo governo nacional iraquiano, aumentaria radicalmente o número de combatentes qualificados, ao definir claramente as normas e prometer uma anistia completa por ações anteriormente cometidas.

A falta de oportunidades de emprego afetava a reintegração dos participantes do DDR e impedia outros programas de reconciliação. A possibilidade de receber educação, treinamento e recolocação no mercado de trabalho ou de ser empregado pelo governo é um sinal tangível de que a reintegração será completa. Contudo, as taxas de desemprego e subemprego, invariavelmente altas por todo o Iraque, juntamente com a lenta expansão de órgãos governamentais (incluindo

---

### ***A reintegração era o aspecto cuja implantação era mais difícil; ainda restam muitos desafios a serem superados.***

as Forças de segurança), reduziram a quantidade de caminhos disponíveis para a reintegração. O desenvolvimento de oportunidades de emprego era uma das medidas fundamentais para o sucesso do esforço de reconciliação<sup>12</sup>.

A falta de apoio nacional exacerbou a questão. Os programas de emprego liderados pelos iraquianos iam se desenvolvendo lentamente e eram destinados aos integrantes do FDI que estavam deixando empregos na segurança terceirizada. Apesar do compromisso do governo para com a transição, os FDI saturavam a força de trabalho<sup>13</sup>. Os participantes do DDR que estavam no final da fase de desmobilização não tinham prioridade sobre os integrantes dos Filhos do Iraque e isso atrasou a reintegração. À medida que os programas de reintegração forem sendo ampliados, mais Filhos do Iraque e participantes do DDR irão receber as habilitações que necessitam para conseguir empregos ou para utilizar as várias modalidades de microsubvenção e microempréstimos, para montar seus próprios negócios.

### **A Possibilidade de Novos Esforços de Reintegração no Afeganistão**

Com a redução de efetivos das Forças da Coalizão no Iraque, na sequência da Operação *New Dawn*, as atenções e os recursos passaram a

se concentrar no Afeganistão. O governo afegão teve sucesso limitado em reintegrar membros de grupos armados ilegais e em buscar a reconciliação com certos combatentes do Talibã. O objetivo do programa “Desmantelamento de Grupos Armados Ilegais” era desarmar e reintegrar 150 mil membros da milícia, mas “esses objetivos não foram cumpridos, em parte porque os grupos armados, no sul, temem que haja prosseguimento das atividades de combate do Talibã e se recusam a desarmar-se voluntariamente”<sup>14</sup>. Em setembro de 2007, os líderes do Talibã declararam que rejeitariam ofertas de reconciliação feitas pelo Presidente Hamid Karzai até que “(1) todas as tropas estrangeiras saíssem; (2) uma nova constituição islâmica fosse adotada; e (3) a lei islâmica fosse imposta”<sup>15</sup>.

Uma mudança das táticas empregadas no Afeganistão talvez crie as mesmas oportunidades para reconciliação que surgiram no Iraque. Se a situação de segurança melhorar, aumentando o apoio da população local ao governo central, acredita-se que mais combatentes estarão dispostos a participar do programa de DDR. Considerando que já existe um órgão do governo que se dedica ao tema (a Comissão de Desarmamento e Reintegração), pode-se afirmar que há um mecanismo disponível para reunir o apoio das Forças de segurança locais e do governo e sincronizar seus esforços. Se estiver integrado aos esforços de operações de Informações e de reconciliação da Força

Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, na sigla em inglês), o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração terá a mesma possibilidade de sucesso que o DDR executado no Iraque. Esforços “provisórios e esporádicos...” em algumas localidades já lograram certo sucesso, mas se o governo nacional implantar um programa mais abrangente, a ISAF e os líderes locais podem empregar essas primeiras iniciativas para aumentar as adesões<sup>16</sup>.

## Uma Solução sem Paralelo

Considerando que o programa de DDR cria um mecanismo único, que proporciona aos combatentes uma forma para que declarem sua intenção de buscar a reconciliação, ele permanece sendo uma solução sem paralelo, para uma contrainsurgência que também não tem paralelo. O apoio do governo a esse ou a qualquer outro programa de reintegração demonstra a intenção de buscar a reconciliação e, portanto, há meios disponíveis aos dois grupos para que cessem as hostilidades e para que ex-combatentes sejam reinseridos na sociedade. Embora um plano de anistia nacional possa ser uma forma de dar início a um processo como este, o programa de DDR levado a cabo pela coalizão provou que a possibilidade de reconciliação de fato existia e que ela pode reduzir significativamente a violência de grupos insurgentes. Como em todos os acordos, os dois lados devem cumprir suas promessas e compromissos, para solidificar os ganhos que fizeram. **MR**

---

## REFERÊNCIAS

1. United Nations Department of Peacekeeping Operations: *Disarmament, Demobilization and Reintegration of Ex-Combatants in a Peacekeeping Environment: Principles and Guidelines*, Dec. 1999, p. 20.

2. *Ibid.*, p. 34-39.

3. *Ibid.*, p. 53-54.

4. MOSSER, Michael W. “The ‘Armed Reconciler’: The Military Role in Amnesty, Reconciliation, and Reintegration Process”, *Military Review* (November-December 2007).

5. *Ibid.*

6. DENNYS, Christian. *Disarmament, Demobilization and Rearmament?* 6 June 2005, disponível em: <<http://www.jca.apc.org/~jann/Documents/Disarmament%20demobilization%20rearmament.pdf>>, p. 9.

7. BAKER, James A. III; HAMILTON, Lee H. et al., *The Iraq Study Group Report* (New York: Vintage Books, 2006), p. 30.

8. O uso do termo “líderes tribais” não significa excluir outras autoridades que são parte do governo oficialmente reconhecido. Por exemplo, laços de família podem frequentemente influenciar combatentes ou ex-combatentes a aderir ao programa de desarmamento, desmobilização e reintegração ou a outros acordos.

9. Atuando como a Divisão Multinacional-Norte, a Força-Tarefa *Iron* ficou responsável pelas Províncias de Ninewa, Kirkuk, Salah ad Din e Diyala, durante

seu desdobramento, de setembro de 2007 a dezembro de 2008. Além disso, a Divisão manteve relações com o Governo Regional do Curdistão Iraquiano, nas Províncias de Dahuk, Irbil e As Sulamaniyah, mas não executou operações de combate na área. Nem os Filhos do Iraque, nem o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração estavam ativos na área do Governo Regional do Curdistão Iraquiano.

10. Para uma análise detalhada da relação entre as programas de anistia e de desarmamento, desmobilização e reintegração, consulte DEMPSEY, Tom. “The Use of Amnesty in Peace and Stability Operations: What Commanders need to Know”, *The Colloquium*, p. 3/1, (September 2008).

11. FM 3-07, *Stability Operations* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 6 Oct. 2008), p. 2-11.

12. ANDERSON, Joseph. “Factors Considered in Promoting Reconciliation and Amnesty in Iraq”, *The Colloquium*, p. 4/1, (October 2008).

13. NORDLAND, Rob e Rubin; e ALISSA, J. “Sunni Fighters Say Iraq Didn’t Keep Job Promises”, *New York Times*, 23 Mar. 2009.

14. KATZMAN, Kenneth. *Afghanistan: Post-War Governance, Security, and U.S. Policy* (Congressional Research Service, 30 Apr. 2008), p. 14.

15. *Ibid.*, p. 25.

16. BUMILLER, Elisabeth. “U.S. Tries to Reintegrate Taliban Soldiers”, *New York Times*, 23 May 2010.